

Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO
luanapatriolino.df@dabr.com.br

Cidade
bolsonarista

Jair Renan Bolsonaro (foto), do ex-presidente, anunciou sua filiação ao PL e lançou pré-candidatura a vereador de Balneário Camboriú. Embora seja natural do Rio de Janeiro, o "04" mora no município catarinense desde março de 2023. Ele exerce a função de auxiliar parlamentar no escritório de apoio do senador Jorge Seif, do mesmo partido.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Contra a milícia

O PSol do Rio colocou na rua a campanha "Com a milícia não tem jogo", um manifesto contra a presença de milicianos em espaços de poder. "A prisão dos mandantes do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes escancarou o que os moradores do Rio já sabem há muito tempo: é inaceitável que milicianos sigam ocupando tribunais de conta, parlamentos ou secretarias", destaca a campanha. "Esse manifesto se propõe a juntar todo mundo que sabe que com a milícia não tem jogo."

Comunistas contra Brazão

O líder do PCdoB na Câmara, Márcio Jerry (MA), anunciou o apoio da bancada de sete deputados de seu partido pela manutenção da prisão de Chiquinho Brazão (RJ), expulso do União Brasil. A legenda também defende a cassação do mandato dele. "O partido defende o cumprimento do rito regimental, sem atrasos, e está comprometido em apoiar a manutenção da prisão do deputado Chiquinho Brazão, assim como o pedido de processo de cassação que está em curso no Conselho de Ética da Casa", disse Jerry à coluna.

Feriado de Bolsonaro

Enquanto a Procuradoria-Geral da República (PGR) elabora um parecer sobre a ida de Jair Bolsonaro à Embaixada da Hungria, após ter o passaporte apreendido, o ex-presidente decidiu relaxar e ir para Balneário Camboriú (SC), aproveitar o feriado de Sexta-Feira da Paixão. Em imagens que circularam nas redes sociais, ele surge sorridente, andando de jet ski e tirando foto com apoiadores na praia.

Bolsonaro deve ficar em Santa Catarina até amanhã. E a manifestação da PGR deve sair na próxima semana. O ministro Alexandre de Moraes, do STF, afirmou que só vai se manifestar sobre o caso após o parecer do procurador-geral, Paulo Gonet. A visita de Bolsonaro à embaixada, com os vídeos mostrando a presença dele no local, foram revelados pelo jornal *NY Times*.



Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



De volta a Paris

O presidente da França, Emmanuel Macron (foto), virou meme no Brasil por conta de seu "casamento" com o presidente Lula. Agora, ele volta para Paris, onde receberá a visita do secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, para discutir questões globais, incluindo o apoio à Ucrânia, a prevenção da expansão do conflito em Gaza e a estabilização do Haiti. Em fevereiro, o americano se encontrou com o presidente brasileiro para tratar de temas bilaterais e mundiais.

Leilão de luxo

O Ministério da Justiça e Segurança Pública realiza, até 17 abril, um leilão eletrônico com mais de 100 artigos de luxo, entre bolsas de grife, quadros de pintores famosos, joias e relógios. Os itens estão na página do Leilão Público Oficial Renato Guedes, com lances mínimos que variam de R\$ 1,5 mil a R\$ 382,2 mil.

Itens oferecidos

Entre os produtos disponíveis, estão 79 bolsas de luxo, de marcas como Chanel, Christian Dior, Louis Vuitton, Prada e Hermès. Também há 16 obras de arte de pintores como Cícero Dias, Carlos Scliar, Manoel Santiago, Manabu Mabe, Orlando Teruz, Sílvio Pinto, Heitor dos Prazeres, Carybé e Roberto de Souza. O leilão inclui, ainda, sete joias com diamantes, das marcas Cartier e Bvlgari. Os bens apreendidos são da Operação Voto Vendido, da Polícia Federal, que investiga crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

Colaborou Evandro Éboli

JUDICIÁRIO

STF deve ampliar foro especial

Placar está com quatro votos favoráveis à manutenção da prerrogativa mesmo após o investigado deixar a função

» HENRIQUE LESSA

Rosinei Coutinho/SCO/STF



O Supremo Tribunal Federal (STF) pode mudar o entendimento, aprovado há cerca de seis anos, que tornou mais restrita a competência da Corte no julgamento de ex-parlamentares que renunciam ao mandato ou que são cassados. Relator de um habeas corpus, o ministro Gilmar Mendes abriu a apreciação, ontem, se manifestando favoravelmente a um novo entendimento que amplia o foro privilegiado.

"Numa sociedade altamente polarizada, marcada pela radicalização dos grupos políticos e pelo revanchismo de parte a parte, a prerrogativa de foro se torna ainda mais fundamental para a estabilidade das instituições democráticas", defendeu o magistrado em seu voto.

A posição de Mendes é de que deputados, senadores e outras autoridades com prerrogativa de foro devem seguir sendo julgados por esses colegiados mesmo após o fim do mandato, renúncia ou cassação, desde que o crime apurado se relacione ao exercício do cargo ou função. Mas nos casos de delitos praticados antes de o investigado assumir o cargo, ou não tendo relação com o exercício da função, não devem ser analisados pela Corte.

"Por se tratar de prerrogativa do cargo, e não de privilégio pessoal, o foro privativo para atos cometidos no exercício das funções deve substituir mesmo após a cessação do exercício funcional", destacou Mendes.

Ele ressaltou que a constante troca de jurisdição, quando, por exemplo, um processo é enviado para a primeira instância ou para o Supremo, acaba, muitas vezes, gerando impunidade, pois a demora no trâmite pode acarretar

em prescrição dos crimes dos investigados, que até renunciam ao cargo para atrasar os julgamentos.

"A renúncia ao mandato no curso da instrução criminal atingia essa finalidade, porque retardava o julgamento da causa e, no limite, provocava a prescrição da pretensão punitiva", frisou o magistrado.

Após o voto de Mendes, o ministro Cristiano Zanin acompanhou o entendimento do colega, e quando o placar estava em 2 a 0 pela ampliação do foro especial, o presidente do Supremo, ministro Luís Roberto Barroso, fez um pedido de vista, interrompendo o julgamento.

Apesar disso, os ministros Alexandre de Moraes e Flávio Dino resolveram antecipar seus votos, se posicionando favoravelmente à extensão do foro privilegiado, acompanhando integralmente o relator.

"A prerrogativa de foro para julgamento de crimes praticados no cargo e em razão das funções subsiste mesmo após o afastamento do cargo, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados depois de cessado seu exercício", ressaltou Dino.

Processo

O pedido de vista de Barroso já era esperado. Em 2018, o ministro foi o defensor da mudança no entendimento que ampliou as restrições para a aplicação do foro especial. A medida foi responsável por reduzir em 80% os casos criminais de responsabilidade dos 11 magistrados.

A ação que levou o Supremo a rediscutir o entendimento da amplitude do foro especial é um habeas corpus em favor do

senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), que responde a uma denúncia de "rachadinha" no seu gabinete do tempo em que era deputado federal.

A ação começou a tramitar no STF, mas, em função da renúncia do parlamentar para assumir o cargo de vice-governador do Pará, o processo foi enviado para a primeira instância. Agora, com a volta ao Congresso, o senador espera que a Corte retome a análise da ação.

O julgamento ocorre no plenário virtual, em que não há debate entre os ministros, mas, com o pedido de vista de Barroso, mesmo que outros magistrados antecipem os votos, o julgamento fica suspenso sem uma data para ser concluído. Com o placar de 4 a 0 pela ampliação do foro especial, faltam apenas dois votos para formar maioria.



Numa sociedade altamente polarizada, marcada pela radicalização dos grupos políticos e pelo revanchismo de parte a parte, a prerrogativa de foro se torna ainda mais fundamental para a estabilidade das instituições democráticas"

Gilmar Mendes,
ministro do STF

Saiba mais

Caso Marielle

A discussão ganhou tração em meio à transferência das investigações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes ao STF. O deputado Chiquinho Brazão, apontado pela Polícia Federal como mandante do crime, era vereador na época. O ministro Alexandre de Moraes, no entanto, argumentou que houve tentativas de obstrução do inquérito quando ele já tinha assento na Câmara dos Deputados, o que, em sua avaliação, justifica o deslocamento do caso ao Supremo.

Ato de família de petista

» EVANDRO ÉBOLI

A família do guarda municipal Marcelo Arruda, assassinado em julho de 2022 quando comemorava seu aniversário de 50 anos, se mobiliza para o julgamento do policial penal Jorge Guarinho, réu por ter matado o ex-tesoureiro do PT de Foz do Iguaçu, no Paraná. Imagens revelaram o crime, quando Arruda estava em sua festa, que teve o PT e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, então candidato, como motivos da comemoração.

O julgamento de Guarinho será na quinta-feira. O acusado é réu por homicídio doloso duplamente qualificado e por motivo fútil, segundo a denúncia oferecida à Justiça pelo Ministério Público do Paraná. O policial invadiu o local da festa aos gritos de "aqui é Bolsonaro", segundo uma testemunha, e pediu votos para o ex-presidente na campanha de 2018.

Os familiares da vítima organizam um ato para ocorrer em frente ao Fórum Estadual de Foz do Iguaçu "pela paz e justiça por Marcelo Arruda", diz o material de divulgação do ato.

O filho mais velho de Marcelo, Leonardo Arruda, gravou um vídeo fazendo um apelo aos moradores da cidade para que compareçam com uma bandeira branca e roupa da mesma cor. "Se você não apoia esse tipo de violência, junte-se a nós nesse júri. Vamos juntos na luta pela justiça para Marcelo Arruda", é o pedido do filho.